

BOLETIM TÉCNICO¹

Acurácia Eleitoral: ciência não se mede por decreto

BT 01/2026

RESUMO DA SITUAÇÃO

O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, apresentou nesta terça-feira (14) a 16 institutos de pesquisa uma minuta [criando um "selo de acurácia eleitoral"](#), espécie de premiação para as empresas cujas estimativas mais se aproximarem dos resultados oficiais das eleições.

A proposta chega em um contexto sensível: o próprio ministro determinou em junho, por decisão individual ainda vigente, a retirada de conteúdo e a suspensão de uma pesquisa do Instituto AtlasIntel que apontava queda de cinco pontos nas intenções de voto de Flávio Bolsonaro após o vazamento de um áudio sobre suposto financiamento de um filme.

AVALIAÇÃO CRÍTICA

A iniciativa merece ceticismo, não pela intenção declarada de estimular rigor metodológico, mas pelo desenho institucional. Acurácia eleitoral só pode ser aferida depois do pleito, o que significa que qualquer sistema de premiação inevitavelmente pressiona os institutos, ainda durante a campanha, a calibrar suas estimativas para o resultado que se espera que prevaleça, em vez de medir com honestidade a opinião pública no momento da coleta. Isso inverte a lógica da pesquisa científica, que deve retratar a realidade e não se ajustar a um alvo. Não é coincidência que institutos consultados tenham reagido dizendo que a proposta "confunde ciência com bola de cristal".

O contexto em que a proposta surge merece atenção: a mesma autoridade que a formula também suspendeu, semanas antes, a divulgação de uma pesquisa desfavorável a um pré-candidato, decisão que o colegiado ainda não reapreciou. Essa coincidência de papéis, o de árbitro de conteúdo e o de distribuidor de selos de credibilidade, cria um incentivo indireto à autocensura: institutos podem passar a moderar divulgações sensíveis por cautela, não por rigor metodológico.

Para o Livres, pesquisa eleitoral é expressão de liberdade de imprensa e de livre produção científica, e cabe ao mercado de ideias, e não ao Estado, avaliar a robustez metodológica dos institutos. O papel do TSE deveria se limitar a garantir transparência de metodologia e ficha técnica, não a hierarquizar cientificamente quem "acerta mais", papel que pertence à academia, ao mercado e ao próprio eleitor.

RECOMENDAÇÃO TÉCNICA

O Livres recomenda que o TSE abandone a proposta de premiação e concentre eventual regulamentação em exigências de transparência já previstas em lei, como ficha técnica completa, margem de erro e financiador da pesquisa. Caso a Corte insista na iniciativa, os critérios de "acurácia" devem ser definidos por corpo técnico independente, e o julgamento suspenso desde junho sobre o caso AtlasIntel deve ser retomado antes de qualquer novo mecanismo entrar em vigor.

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL: Magno Karl, Mano Ferreira, Rafael Moredo, Matheus Rocha e Alessandra Manabe

¹ O Livres **não interfere na estratégia política de líderes certificados**. O Boletim Técnico analisa projetos em tramitação sob o prisma de valores liberais e das boas práticas de política pública.